



A ORDEM DOS HOSPITALÁRIOS E OS CAMINHOS DE SANTIAGO NA GALIZA MEDIEVAL

Dirceu Marchini Neto*

A Ordem do Hospital foi fundada em Jerusalém, no final do século XI e começo do século XII, como uma instituição religiosa dedicada ao cuidado dos peregrinos. Esta instituição baseava-se na espiritualidade de Santo Agostinho, embora tivesse regra própria, e dependia diretamente da Santa Sé. Diante das necessidades defensivas do reino cristão de Jerusalém, a Ordem de São João se converteu em uma ordem militar, a partir de meados do século XII, mas nunca perdeu sua característica assistencial. Seus freires lutavam pela defesa da fé cristã e participavam na concretização do ideal de Cruzada. Desde o momento em que foi criada, a Ordem dos Hospitalários se expandiu por toda a Europa, convertendo-se em uma ordem supranacional. Contudo, os objetivos principais da milícia estavam no Mar Mediterrâneo oriental. As sedes administrativas da Ordem, no decorrer dos anos foram: Jerusalém, Acre, Chipre, Rodes e Malta¹⁴ (Goñi, 2003, p. 245).

Territorialmente, as possessões ibéricas do Hospital se dividiam, desde o século XII, em quatro priorados: Portugal, Castela e Leão, Navarra e Aragão (este último, também conhecido como Castelania de Amposta). No século XIV, surgiu ainda um quinto priorado, o da Catalunha, desmembrado da Castelania de Amposta. Compunham os priorados algumas unidades administrativas de base, que eram as comendas ou bailias, à frente das quais havia um comendador. A origem da maioria das comendas da Galiza e de Portugal remonta aos séculos XII e XIII.

* Mestre em História Medieval e do Renascimento pela Universidade do Porto e membro do Grupo de Investigação “Estudos Medievais e do Renascimento”, do CEPESE (Portugal).

¹⁴ Presentemente, século XXI, a Ordem de Malta (denominação atual) encontra-se sediada em Roma.



Na Península Ibérica, a Ordem de São João se implantou no mesmo século de sua fundação na Terra Santa, quando ainda nem era uma ordem militar. Tanto na Galiza como em Portugal, assim como nos demais reinos ibéricos, os Hospitalários foram bem acolhidos e receberam inúmeras doações e privilégios. Para retribuírem, os Hospitalários prestaram serviços assistenciais e de caráter militar (este caso aplica-se com maior ênfase a Portugal), atuando, em várias ocasiões, como um instrumento do poder real. No final da Idade Média, as doações diminuíram consideravelmente, mas os reis ibéricos preservaram e protegeram os privilégios e o patrimônio da Ordem (Goñi, *op. cit.*, p. 246).

Os caminhos de Santiago e a Ordem do Hospital

O culto ao Apóstolo Santiago realiza-se na Península Ibérica desde a segunda metade do século VIII. A propagação desta tradição no norte peninsular deve ser vinculada a feitos de natureza fundamentalmente política. Temos que considerar a tentativa dos monarcas asturianos, depois de iniciada a reconquista peninsular, de se aproximarem da corte carolíngia; e também, por outro lado, a luta contra a doutrina adocionista na Península Ibérica que, atenuando as diferenças entre o Cristianismo e o Islamismo, pretendia favorecer um pacto entre as duas religiões (González-Paz, 2009, p. 10).

Durante as primeiras décadas do século VIII, em um contexto de guerras e diferenças ideológicas, foi descoberto o túmulo do Apóstolo Santiago¹⁵, no lugar conhecido como *Arcis Marmoricis*, atualmente Santiago de Compostela. Com o passar dos anos, talvez para se evitar uma crise viária ou talvez por motivos políticos e econômicos, se estabeleceram oito caminhos canônicos que levavam até o centro religioso de Compostela. Os oito caminhos de Santiago eram: “Caminho Primitivo”, “Caminho Francês”, “Via da Prata”, “Caminho Português”, “Caminho Inglês”,

¹⁵ Segundo a tradição, o corpo do Apóstolo, martirizado em Jerusalém, teria sido transportado para a Galiza e enterrado no local onde é hoje a cidade de Santiago de Compostela.



“Caminho do Norte”, “Rota do Mar de Arousa e Rio Ulha” e “Caminho Finisterre”. O Caminho Primitivo une Oviedo com Santiago de Compostela através de Lugo de Llanera, A Fonsagrada e a cidade murada de Lugo. Tradicionalmente, este caminho seria o mais antigo, já que havia sido utilizado pelo rei Afonso II para chegar à Santiago partindo da Corte de Oviedo, mas desconhece-se em que parte do reino se encontrava o monarca no momento em que teve ciência da *inventio* apostólica (González-Paz, *idem*).

No início do século XII, o Caminho Francês já se encontrava praticamente consolidado, como se pode verificar e comprovar na publicação do *Liber Sancti Jacobi*, provavelmente parte da propaganda disseminada pelo arcebispo compostelano Diego Gelmírez. Neste documento se registra como os peregrinos alcançam a cidade de Santiago a partir de cada canto da Cristandade. Existiam quatro vias importantes que atravessavam o reino Franco e chegavam à Península Ibérica. A *via turonensis* suportava os peregrinos procedentes do norte da Europa, Flandres e regiões setentrionais da França (Paris e Orleães). Pela *via lemovicensis*, que pode ter tido sua origem na cidade de Vezelay, peregrinavam principalmente germânicos e flamencos. Por Le Puy a *via podensis* ingressava em território francês. E a *via tolosana* (junto da *via podensis*) suportava peregrinos procedentes da Península Itálica e da Europa oriental cristã.

A Via da Prata¹⁶ era inicialmente utilizada por tropas muçulmanas, que através deste caminho faziam várias incursões no norte cristão durante a Alta Idade Média. A partir do século XIII, depois da conquista das cidades de Sevilha e Córdoba pelo rei Fernando III de Castela, esta via começou a ser utilizada para peregrinação a Santiago de Compostela. Os cristãos partiam da Extremadura e da Andaluzia e alcançavam o Caminho Francês, na altura da cidade de Astorga, enquanto outros se dirigiam até Santiago através de duas opções: podiam escolher um desvio que passava por Puebla de Sanabria, A Gudiña, Campobecerros, Laza/Verín, Vilar de Barrio, Xunqueira de Ambía y Ourense, ou podiam escolher uma estrada que atravessava o noroeste português até

¹⁶ A Via da Prata era um prolongamento da calçada romana que ligava as cidades *Emerita Augusta* (Mérida) e *Asturica Augusta* (Astorga), e cruzava de sul a norte o oeste peninsular.



Bragança ou Chaves, entrando no território galego por Verín, Laza/Xingo de Limia, Allariz e Ourense. Em Ourense, a Via da Prata se unificava e continuava por Cea, Dozón, Lalín, Silleda, Ponte Ulha e Lestedo até alcançar as portas de Santiago de Compostela.

O Caminho Português era composto por uma malha viária que alcançava sua parte mais significativa no norte de Portugal. A rota principal chegava à Galiza pela cidade de Tui e depois passava por O Porriño, Redondela, Pontesampaio, Pontevedra, Caldas de Reis, Valga e Pontecesures. Outro caminho português, litorâneo, entrava na Galiza por A Guarda e passava pelo mosteiro cisterciense de Oia, passava ainda por Baiona, por Coruxo e por Santo André de Comesaña, onde se bifurcava em duas estradas, a de Coia e Condomiñas e a de Santa María de Castrelos e Santo Tomé de Freixeiro. Depois essas estradas alcançavam Vigo e chegavam a Redondela, onde desembocavam na rota portuguesa principal. Um terceiro caminho era o que atravessava o rio Minho por San Pedro da Torre, local onde se encontravam peregrinos procedentes de Caminha, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima. Este caminho, quando entrava em terras galegas, passava pela ponte de Forcadela, por Tebra, por Malvás, pelo monte Aloia, por Cela e por O Porriño, onde os peregrinos tomavam o caminho principal, que já vinha de Portugal (Moreno, 1986, p. 77-90).

O Caminho Inglês, rota marítima e terrestre, provavelmente se consolidou no século XII, depois de reduzida a ameaça dos piratas normandos e muçulmanos. Caminhos como este, atravessados em grande parte através do mar, se intensificaram na Europa durante os períodos de enfrentamento bélico e de pressão sobre os peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela. Quem usava mais esse tipo de caminho marítimo eram os peregrinos que procediam, principalmente, dos territórios europeus banhados pelo Oceano Atlântico e das ilhas do norte europeu (especificamente Inglaterra e Irlanda). O Caminho Inglês passava pelos portos do Golfo Ártabro (Ferrol, Betanços e Corunha) e continuavam por terra em direção a Compostela.

O Caminho do Norte também era uma rota mista (marítima e terrestre). A partir do século XII, os peregrinos alcançavam este caminho de duas formas diferentes. A



primeira maneira era utilizando uma das rotas comerciais marítimas que alcançavam os portos cântabros hispânicos. A segunda era já entrar na Península Ibérica por uma via terrestre, especificamente saindo por terras francesas (Bayona e Irún), percorrendo a orla costeira da Cantábria e passando por São Sebastião, Bilbao, Castro Urdiales, Laredo, Santander, Santillana del Mar, Llanes e Oviedo. Depois a rota passava por Ribadeo, pela paróquia de San Xoán de Ove, e neste local se dividia em várias entradas que se reuniam novamente na cidade de Mondonhedo. O destino seguinte era Santiago de Compostela.

Por fim, a Rota do Mar de Arousa e Rio Ulha “supuestamente seguirá el trayecto de la ‘translatio’ o llegada y depósito de los restos del Apóstol Santiago en tierras del occidente gallego, y el ‘Camino Fisterra-Muxía’ supondría la continuación taumatúrgica del resto de las rutas de peregrinación cara al ‘finis terrae’ galaico” (González-Paz, *op. cit.*, p. 13).

A instalação dos Hospitalários na Galiza contou, desde o começo, com o apoio explícito da monarquia castelhana-leonesa por razões políticas e devocionais. O principal interesse de monarcas como Afonso VII (no que se refere ao caso galego e, provavelmente, também ao de Portugal) foi certamente a instalação da Ordem do Hospital nas proximidades das rotas de peregrinação a Compostela (Marchini Neto, 2010, p. 32). A intenção era que os Hospitalários assistissem e prestassem atenção hospitalário-espiritual e proteção aos peregrinos que transitavam pelos caminhos de Santiago (González-Paz, *idem*).

As comendas da Ordem do Hospital na Galiza

O primeiro documento que comprova a presença de Hospitalários na Galiza foi redigido em 30 de março de 1140 (García Tato, 2004, p. 110, doc. 5). Através deste documento escrito, Afonso I rei de Portugal confirmou a Raimundo de Puy, grão-mestre do Hospital, e a Dom Arias, prior de Portugal e Galiza, todas as possessões da Ordem em Portugal, além de conceder-lhes muitos privilégios. Neste documento, a simples



menção ao “prior de Portugal e Galiza” atesta que a instituição já estava implantada em terras galegas, mesmo não especificando onde.

Em 1142, Afonso VII e sua mulher Berenguela doaram aos Hospitários de Mirallos os direitos do casal de Froila (esta doação também comprova a existência de membros da Ordem em um período anterior), no território de Sarria, e a igreja de Ferreiros, ao sudoeste do monte Páramo (Le Roulx, 1894-1906, doc. 143). Anos mais tarde, o mesmo monarca doou à Ordem a metade do realengo de Santa Marina, a ele pertencente e anexado ao mosteiro de Portomarín. A principal comenda galega encontrava-se na vila de Portomarín, a *Pons Minee del Codex Calixtinus*, e relacionava-se com o Caminho Francês de peregrinação a Santiago de Compostela (González-Paz, *op. cit.*, p. 14).

Remontando ao ano 1126, podemos analisar como se desenvolveu a prática assistencial em terras galegas e sua relação com o Caminho Francês. Em 15 de outubro daquele ano, o rei Afonso VII doou a Pedro Peregrino a igreja de Santa Maria de Portomarín, a qual já havia sido doada pela rainha Urraca *ad Pontem Minei et ad ospitale ipsius pontis quod vocatur domun Dei* (García Tato, 2004, p. 109, doc. 3). Vale observar que a própria rainha Urraca havia mandado destruir a ponte de Portomarín durante a guerra civil que enfrentou com seu segundo esposo, o rei Afonso I de Aragão. A doação feita pela rainha aconteceu para propósitos de reconstrução da ponte e para a construção de um hospital destinado ao atendimento de peregrinos e andarilhos (González-Paz, *idem*).

Também precisamos ressaltar que Afonso VII doou ao mesmo Pedro Peregrino, em 1133, duas herdades: o palácio de Portomarín e o couto de Meixónfrío, nas terras de Taboada, na condição de que após a morte do donatário, esses bens se tornassem *Domum Dei*, ou seja, que esse patrimônio fosse revertido ao hospital construído na ponte sobre o rio Minho. Pelo fato desta notícia se encontrar entre a documentação da Ordem do Hospital, sugere-se que haja neste caso uma vinculação desta doação com a Ordem de São João (González-Paz, *op. cit.*, p. 15). Entretanto, a primeira evidência documental que comprova o estabelecimento hospitalário em Portomarín é um



documento do rei Fernando II de Leão, datado de 30 de outubro de 1158 (García Tato, 2004, p. 119, doc. 13). Através deste documento, o monarca leonês doou ao prior do Hospital o mosteiro de Santa Marina de Portomarín e a metade do realengo que existia no mesmo local, fazendo uma menção de que a outra metade já havia sido doada à Ordem pelo então rei Afonso VII.

Apesar desta doação régia, após a criação da Ordem de Santiago em 1170 e até o final do reinado de Fernando II em 1188, a Ordem do Hospital teve que compartilhar seu patrimônio de Portomarín com os cavaleiros Santiaguistas, pois o monarca possivelmente pretendia diminuir a influência dos Hospitalários na região (Marchini Neto, *op. cit.*, p. 43).¹⁷ Favorecer a Ordem de Santiago talvez representasse fortalecer as defesas do reino frente aos reinos vizinhos. Quiçá, por isso Portomarín foi mencionada na bula do Papa Alexandre III, de 5 de julho de 1175, entre as possessões da Ordem de Santiago. Em 30 de março de 1181, o rei Fernando II confirmou o patrimônio da Ordem de Santiago nesta região. Depois da morte do monarca, seu filho e sucessor Afonso IX tomou para si Portomarín, em 1188, junto com a metade de Valduerna, “a cambio de lo cual recibió el maestre, Sancho Fernández, la villa de Destriana, siendo abandonada desde entonces por los santiaguistas en favor del Hospital” (Pozo, 1995, p. 265).

Depois de afastada a ameaça santiaguista em Portomarín, a presença hospitalária se consolidou e, em 18 de maio de 1212, a Ordem do Hospital concedeu foro à citada vila (Ayala Martínez, 1995, p. 391, doc. 208). Talvez, pretendendo não abrir espaço para outras ordens militares, o Hospital incentivou discretamente a instalação de instituições eclesiásticas na região, como por exemplo, o mosteiro cisterciense de São Salvador de Sobrado dos Monges (González-Paz, *op. cit.*, p. 16).

Durante o século XIII podemos analisar a situação patrimonial da Ordem do Hospital em Portomarín através de quatro elementos, sendo o primeiro deles a sua localização em plena rota de peregrinação compostelana, cuja conservação e vigilância ficavam a cargo da Ordem por delegação régia. O segundo elemento é a igreja de São

¹⁷ Nesta época, os Hospitalários da Galiza e de Portugal já haviam intensificado seus contatos e mantinham boas relações, o que pode ter causado desconfiança em Fernando II.



João, atualmente São Nicolau, de Portomarín. Esta igreja se converteu na sede eclesiástica da comenda sanjuanista e no lugar onde os peregrinos podiam encontrar proteção, amparo e atenção espiritual. O terceiro elemento é a casa da comenda, a residência dos comendadores e epicentro da administração. A construção da igreja de São João levou à criação de uma casa da comenda em suas imediações, reunindo-se assim, em um mesmo espaço, centros eclesiástico e administrativo da jurisdição da Ordem. Em 1513, Juan Piñero, comendador de Portomarín e Trebejo¹⁸, ordenou a construção de uma nova sede, que provavelmente substituiu a anterior e que estava próxima ao templo. O quarto elemento arquitetônico digno de ser mencionado é o hospital. Com a construção do referido templo de São João, os freires hospitalários decidiram introduzir no núcleo sanjuanista também o centro assistencial, reaproveitando a estrutura do antigo hospital não somente para a edificação do novo, mas também para a realização de uma torre destinada à cobrança de taxas e direitos de passagem (González-Paz, *op. cit.*, p.16).

Se analisarmos o fato da Ordem do Hospital possuir pelo menos cinco centros assistenciais na comenda de Portomarín¹⁹, fica evidente o papel significativo da Ordem no Caminho Francês.

Ao longo do Caminho Inglês, a Ordem de São João de Jerusalém possuiu um considerável patrimônio situado na rota de peregrinação que passava pelas localidades de Ferrol, Betanços e Corunha. Segundo González-Paz (*op. cit.*, p. 18), esta presença hospitalária no Golfo Ártabro pode ser entendida em dois sentidos: como uma tentativa de balancear o peso dos Templários na região ou como uma aposta da própria Ordem do Hospital para participar da riqueza mercantil gerada nestes vilarejos litorâneos (com destaque para o porto de Corunha, que era ponto de refúgio e aprovisionamento das rotas de cruzados que saíam das costas inglesas, alemãs e francesas e se dirigiam à Terra Santa).

¹⁸ “Finalmente, el mencionado comendador Juan Piñero – dentro de su programa constructivo – materializó la reconstrucción y ampliación del hospital en el año 1522, siendo finalmente demolido en 1944” (González-Paz, *op. cit.*, pp. 16-17).

¹⁹ Vale mencionar outros centros assistenciais (hospitais) conhecidos na Comenda de Portomarín: o de Mirallos, o de Morgade, o de Bañal, o de Seixas e o de Furelos.



Quando analisamos a presença dos Hospitalários ao longo do Caminho Inglês, não podemos deixar de considerar a existência, na região de Cedeira, de uma segunda rota de peregrinação medieval que tinha como destino o santuário de San Andrés de Teixido, onde, segundo a tradição, existiam relíquias do Apóstolo Santo André. Esta via partia da vila de Cedeira e passava por Regoa, por Sismundi e por Cariño até chegar a Teixido, onde inclusive havia um hospital da Ordem de São João (González-Paz, *op. cit.*, p. 19).

No Caminho do Norte, a Ordem do Hospital se instalou depois de uma doação aristocrática, feita em 5 de setembro de 1139 por Sancha García, que entregou ao conde Álvaro Rodríguez de Sarria e a sua esposa Sancha Fernández de Traba a *ecclesia sancti Joannis de Euve*. Pelo fato desta doação encontrar-se entre a documentação da Ordem do Hospital, González-Paz (*op. cit.*, p. 20) supõe que em algum momento posterior a esta data a dita igreja se integrou ao patrimônio hospitalário.

Com relação à comenda de Quiroga (incluindo Incio), esta se situava em torno da vila homônima, e abrigava a Rota do Sil²⁰ (do rio Sil). A primeira doação, documentada da região, aconteceu em 1154, quando Vasco de Quiroga doou a Raimundo de Puy, grão-mestre do Hospital, a igreja, a abadia e o couto de San Clodio de Quiroga.

No século XIII, mais propriamente em 1215, o rei Afonso IX fez uma permuta com Velasco Pérez, prior do Hospital, que ficou com a terra de Novaes, em Quiroga (García Tato, 2004, p. 157, doc. 59). Entretanto, o documento hospitalário mais importante referente à comenda de Quiroga é a doação que o rei Afonso X fez, em 1271, de toda a terra da região à Ordem de São João de Jerusalém (García Tato, 2004, p. 181, doc. 82).

Depois de instalados em Quiroga, os freires do Hospital ainda tiveram sua situação reforçada após a permuta que fizeram em 1281 com o rei Afonso X. No leste da província de Ourense, a Ordem obteve diversos bens de Afonso X de Castela, em troca de seus castelos e vilas de Serpa, Moura e Mourão, que foram cedidas ao

²⁰ Não existe unanimidade entre os historiadores acerca da sua verdadeira condição de caminho jacobeo. Entretanto, parece não haver dúvida sobre a sua caracterização como relevante caminho medieval utilizado pela Ordem do Hospital.



monarca²¹ (García Tato, 2004, p. 186-188, docs. 83, 86, 87 e 88)²². A comenda de Quiroga, num primeiro momento era definida geograficamente apenas pela terra de Quiroga, mas durante o século XV acabou incorporando a comenda de Incio com seu hospital.

Outra comenda hospitalária na Galiza foi a de Osoño, que englobava territórios situados na Via da Prata, junto à região de Ourense. Em alguns documentos esta comenda aparece denominada “Osoño”, por causa da casa central da comenda que era o mosteiro de San Pedro de Osoño, enquanto em outros aparece chamada de “Limia”, por causa da região central das suas propriedades. O primeiro documento relacionado a esta comenda data de 15 de setembro de 1142 (García Tato, 2004, p. 115, doc. 7). Neste documento o abade Pelágio de Celanova pactuou com Geraldo (tenente da obediência de San Paio de Veiga) sobre a construção e regência de um hospital em Portella de Samuel. O sustento desta fundação se daria através da cobrança de portagens. Esta comenda ainda possuiu um segundo hospital na região de A Limia, num lugar ainda não localizado, documentalmente conhecido como Molguez. Em 8 de agosto de 1222, o rei Afonso IX doou a herdade de *Fonte Cuberta* a Juan Sánchez, *priori Hospitalis de Iherusalem*, e aos freires que atendiam o hospital *in Limia, iuxta Molguez*. Talvez esta tenha sido uma recompensa pelos serviços prestados ao rei durante o terceiro cerco de Cáceres, uma das poucas vezes em que os hospitalários provenientes do território galego pegam em armas, documentalmente (García Tato, 2004, p. 158, doc. 60).

Com relação à comenda de Beade (com Ribadavia e Mourentán incluídos), a presença hospitalária nesta região remonta a meados do século XII, concretamente a 23 de setembro de 1143, quando o rei Afonso VII doou a Juan Germúndez o monte conhecido como Padrón, com a finalidade de se construir um hospital para tratar de

²¹ Esta permuta não chegou a se materializar, tendo em vista que parte dos bens envolvidos encontrava-se num reino distinto ao das partes arroladas, ou seja, no reino de Portugal. Entretanto, os Hospitalários receberam do monarca castelhano as terras da Galiza.

²² Segundo Pozo (*op. cit.*), “desde entonces fue constante que los sucesivos herederos del apellido de los Quiroga actuasen a título propio como beneficiarios de dicha encomienda al quedar vinculados como donados del Hospital, bien usufructuando sus propiedades en vida y actuando como simples encomenderos de sus bienes o, por el contrario, situando algunos de sus descendientes en el cargo de comendador de la encomienda tras la recepción del hábito de la Orden” (p. 267).



peregrinos (García Tato, 2004, p. 115, doc. 9). É provável que a criação da comenda de Beade seja posterior à fundação da bailia de Ribadavia, “*cuya iglesia de San Juan fue siempre cabeza de encomienda, aun cuando la preeminencia pasó a Beade, em cuyas cercanías estuvo instalada la casa del priorato*” (Pozo, *op. cit.*, p. 269). O hospital e o convento hospitalário se instalaram no centro da vila de Ribadavia, anexos à igreja de São João, onde compartilharam os destinos espirituais da população com os monges de Osera (*idem*).

Desde o início do século XV, a igreja de São João de Ribadavia passou a depender da comenda de Beade, cujo comendador se intitulou indistintamente “de Beade e Ribadavia”, assumindo título de comendador de Toronho, Castrelo, Limia, dentre outros. A comenda de Beade ainda possuiu bens nas freguesias de San Andrés de Abelanda das Penas, San Cristovo de Regodeigón, San Cosme de Faramontaos, San Breixo de Berán, Santiago de Trasariz e San Martiño de Beariz; além disso, faziam parte da comenda os coutos de Linhares, a granja de Sendelle e diversas casas nas cidades de Tui e Pontevedra (Pozo, *op. cit.*, p. 270).

A quinta e última grande comenda hospitalária na Galiza medieval foi a de Pazos de Arenteiro. A paróquia de Pazos de Arenteiro, pertencente ao município de Boborás, situava-se num terreno acidentado e atravessava o antigo caminho de Ribadavia-Lalín, sendo um dos principais enclaves da rede viária que unia Pazos a Ribeiro de Avia. Esta comenda hospitalária se centralizava em Pazos de Arenteiro, onde se encontrava a sede eclesiástica, que era a igreja de São Salvador, e a sede administrativa, que correspondia à casa da comenda, constituída por um palácio conventual presidido por uma torre. A leste, a comenda chegou a englobar as terras de Trives e a oeste englobou o porto de Cambados (González-Paz, *op. cit.*, p. 27).

Depois de consolidado o patrimônio nos séculos XIV e XV, a Ordem do Hospital, durante os séculos XVI a XIX, se concentrou na manutenção de seus bens, utilizando para isso diversos recursos, como por exemplo, demarcações, melhoramentos, visitas, concessões de hábitos a pessoas influentes, dentre outros. Apesar da escassez de fontes documentais acerca das comendas hospitalárias galegas durante a Baixa Idade Média,



podemos concluir que o patrimônio acumulado durante os séculos finais do medievo se configurou em quatro grandes comendas, Quiroga, Beade, Portomarín e Pazos de Arenteiro; o patrimônio hospitalário, assim como nos séculos XII e XIII, continuou fragmentado, o que coincide com a disparidade de intitulações por parte dos comendadores, e situado principalmente nas rotas de peregrinação; a comenda de Pazos de Arenteiro se configurou através dos bens e igrejas procedentes do patrimônio da Ordem do Santo Sepulcro, declarada extinta em 1489 e desaparecida por completo na Galiza por essa altura (Pozo, 2000, p. 177-188). Por fim, não podemos deixar de mencionar a importância econômica destas comendas, que no final da Idade Média estavam muito relacionadas com a questão da produção vinícola.

No século XIV, a Ordem do Hospital recebeu seu primeiro legado patrimonial depois da extinção da Ordem do Templo. O Papa João XXII, através da bula de 14 de março de 1317, decretou que os bens templários nos reinos de Castela e Leão passassem à Ordem dos Hospitalários. Em novembro de 1319, Afonso XI outorgou um privilégio (García Tato, 2004, p. 202, doc. 111), o qual continha a bula papal, e através do qual adjudicava todos os bens que os Templários possuíam nos reinos de Castela e Leão à Ordem de São João. Na Galiza, o Hospital recebeu as principais comendas da Ordem do Templo, como por exemplo, Faro (em Corunha, a maior de todas e que posteriormente foi incorporada à coroa), San Feliz de Heremo e Canaval-Neira, ambas em Lugo. Mais tarde, San Feliz foi incorporada, provavelmente, na comenda de Quiroga, e Neira na comenda de Portomarín. As comendas templárias de Amoeiro e Coya foram integradas no patrimônio laico e eclesiástico respectivamente. A Ordem do Hospital ficou com as pequenas igrejas de ambas as comendas (Pozo, 1995, p. 264).²³

Depois do considerável aumento patrimonial dos Hospitalários galegos durante o século XIV, após a recepção dos bens Templários, no século XV, a Ordem incorporou grande parte dos bens da Ordem do Santo Sepulcro. Em 1489, o Papa Inocêncio VIII uniu à Ordem do Hospital as ordens do Santo Sepulcro e de São Lázaro, assim como “*la*

²³ “A los sanjuanistas quedaron adstritas las pequeñas iglesias de ambas encomiendas, cuya representación de clérigos llevaban”.



casa de Dios” de Monte Morillón, com o objetivo de aumentar os recursos hospitalários na luta contra os infiéis. Essa medida causou resistências em vários reinos, inclusive nos Hispânicos. Entretanto, a decisão foi ratificada pelo Papa Júlio II, em 1505 (Goñi, *op. cit.*, p. 68).

Da mesma forma que ocorreu com o caso dos bens templários, era o pontífice que apoiava a ampliação do patrimônio hospitalário, enquanto os monarcas se opunham a isso, o que se compreende, pois a um aumento patrimonial passaria a corresponder um aumento de poder e de prestígio que dificultariam o controle régio sobre a instituição. Por fim, diante dos registros documentais, parece que a Ordem do Hospital recebeu mais bens da Ordem do Templo do que da Ordem do Santo Sepulcro (Pozo, 2000, p. 177-188).

Conclusões

Acerca do desenvolvimento da Ordem do Hospital na Galiza, durante os séculos XII e XIII, podemos extrair diversas conclusões. A presença dos Hospitalários, desde o início do século XII, foi determinada pela capacidade de prestar serviço e assistência aos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela, tanto pelo Caminho Francês, como por rotas secundárias procedentes de outras regiões, como é o caso de Portugal. Quanto ao patrimônio, podemos afirmar que a maior parte dos bens imóveis da Ordem se foi configurando nestes primeiros séculos mediante frequentes doações, tanto por parte de monarcas (interessados em aumentar e favorecer a peregrinação ao sepulcro de Santiago), como de particulares (doações *pro anima*), “que trataban de asegurar el futuro espiritual de sus benefactores, haciendose enterrar en los cementerios de sus iglesias” (Pozo, 1995, p. 264). As aquisições por compras e permutas foram outras fórmulas que contribuíram igualmente para o engrandecimento do patrimônio do Hospital, ainda que em menor medida. Além disso, a Ordem foi recompensada na Galiza, pois recebeu a maior parte dos bens da Ordem do Templo depois que esta foi dissolvida definitivamente (começo do século XIV), o que também contribuiu para



aumentar o patrimônio hospitalário durante a referida centúria. Vale ainda ressaltar, os bens da Ordem do Hospital, durante esses primeiros dois séculos, apresentavam um patrimônio territorial disperso, sem grande unidade estrutural e, predominantemente, situado ao longo das rotas de peregrinação.

Os Hospitalários desenvolveram essencialmente quatro tipos de atividades na Galiza e em Portugal durante a Idade Média. No reino português, os freires, além de praticarem atividades de assistência e hospitalidade, ainda exerceram funções militares frente à ameaça muçulmana e contra outros monarcas cristãos. Na Galiza, este aspecto só difere na questão da luta contra o Islã, que de fato já havia se encerrado na região (antes mesmo da instalação dos Hospitalários), portanto, os freires galegos eram quase que unicamente voltados à prática de acolhimento e tratamento dos peregrinos e preparados para batalhas contra reinos vizinhos. Sabemos também que a Ordem do Hospital atuou em vários repovoamentos e reorganizações territoriais e que tinha como um dos principais deveres o envio de recursos e reforços ao convento central da Ordem no Mediterrâneo oriental. Estes dois últimos objetivos seriam muito exigentes para a instituição, tanto mais que por vezes foram coincidentes.

Fontes documentais impressas

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Complutense, 1995.

GARCÍA TATO, Isidro. *Las Encomiendas Gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén*. Estudio y Edición Documental: época medieval. Tomo I. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Xunta de Galicia. Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, 2004.

LE ROULX, Jean Delaville (Ed.). *Cartulaire Générale de l'Ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jérusalem (1100-1310)*. Paris: Ernest Le Roux, 1894-1906. 4 volumes.



Referências

POZO, Adrián Arcaz. “Establecimiento y Transmisión de las Posesiones de la Orden del Santo Sepulcro en Galicia (siglos XII-XV)”. III Jornadas de Estudio. La Orden del Santo Sepulcro. Zaragoza, 2000. p. 177-188.

_____. “Implantación y desarrollo territorial de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén en Galicia (siglos XII-XV)”. Revista En La España Medieval. Número 18, 1995. p. 257-274. Disponível em:
<http://revistas.ucm.es/ghi/02143038/articulos/ELEM9595110257A.PDF>. ISSN 0214-3038. Acessado em: 03/7/2009.

GOÑI, Carlos Barquero. *Los Caballeros Hospitalarios Durante la Edad Media en España (Siglos XII-XV)*. Colección Piedras Angulares. Burgos: Editorial La Olmeda, 2003.

GONZÁLEZ-PAZ, Carlos Andrés. “La Orden de San Juan de Jerusalén y las Peregrinaciones en la Galicia Medieval (Siglos XII-XIII)”. Revista População e Sociedade. Porto: Edições Afrontamento e CEPESE. Nº 17 (2009), p. 9-44.

MARCHINI NETO, Dirceu. *A Ordem do Hospital no Noroeste da Península Ibérica: doações e privilégios (séculos XII-XV)*. Dissertação (Mestrado em História Medieval e do Renascimento). Universidade do Porto, Porto, 2010.

MORENO, Humberto Baquero. “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”. Revista da Faculdade de Letras: História. Porto: Faculdade de Letras, II Série, vol. III, 1986. p. 77-90.